

Referências das Rotinas Administrativas da Câmara de Direito Público/Câmara de Direito Privado

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-CPUB/CPRI-001 – Documento Estratégico

Com vigência a partir de 15/08/2024

RAD sem Referências

RAD-CPUB/CPRI-002 – Receber e Processar Documentos

Com vigência a partir de 15/08/2014

Lei Federal nº 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil 2015;

Lei nº 11.419/2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial;

Regimento Interno do TJERJ (RITJERJ);

Ato Normativo nº 03/2009 – estabelece normas e diretrizes dos atos funcionais dos servidores do Quadro Único, disciplinando direitos e deveres;

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Resolução TJ/OE nº 16/2009 – Autoriza a implantação do processo eletrônico no âmbito do TJRJ;

Avisos e Atos Normativos editados pelo Presidente do TJ-RJ pertinentes ao processamento;

Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para implementar a especialização de competências racione materiae na seara cível.

RAD-CPUB/CPRI-003 – Gerir Secretaria de Câmara de Direito Público e de Direito Privado

Com vigência a partir de 15/08/2024

Lei Federal nº 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil 2015;

Lei Federal nº 10.741/2003 – Assegura prioridade na tramitação dos processos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância;

Lei Estadual nº 4.703/2006 – Dispõe sobre tratamento prioritário na tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa física com idade igual ou superior a 60 anos ou pessoa portadora de deficiência;

Lei Estadual nº 6.956/2015 – Dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, bem como sobre as normas gerais de administração e funcionamento do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 – Resolve inserir no Sistema Informatizado do TJERJ um campo específico para a identificação de “Prioridade – Pessoa Idosa”;

Ato Normativo TJ nº 16/2006 – Disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, estabelecendo as responsabilidades;

Ato Normativo Conjunto nº 13/2018 - Dispõe sobre o Programa de Estágio Remunerado do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 03/2009 – Estabelece Normas e Diretrizes para Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 26/2009 – Disciplina o direito do exercício de férias;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2015 – Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Item 8.2);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2013 - Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (item 7.3).

RAD-CPUB/CPRI-004 – Organizar e Realizar Sessões de Julgamento

Com vigência a partir de 15/08/2024

Lei Federal nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil;

Regimento Interno do TJERJ (RITJERJ);

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Lei nº 11.419/2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências;

Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN);

Resolução TJ/OE nº 16/2009 – Autoriza a implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução CCIV nº 2/2019 - Resolve que os gabinetes deverão proceder de acordo com o que estabelece o art. 931 do CPC; ou seja, distribuído o recurso/ação autônoma/remessa necessária ao relator, depois de elaborar o voto, restitui-los-á, com relatório, à Secretaria;

Aviso TJ nº 16/2021 - Avisa aos Senhores Secretários e substitutos de Câmaras, assim como de outros órgãos fracionários integrantes da Segunda Instância deste Tribunal de Justiça, que fica revogado o Aviso TJ nº 04/2020.

Resolução Tribunal Pleno nº 01/2023 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para implementar a especialização de competências racione materiae na seara cível.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

12/08/2024